

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.237 - RJ (2019/0355947-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : A P DE L (PRESO)
ADVOGADOS : MÁRCIO WELSON GONÇALVES DE CASTRO - MG021945
ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA FILHO - MG099552
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por A P DE L contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (relator Desembargador Francisco José de Asevedo).

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prática dos delitos referidos nos arts. 33 (diversas vezes) e 35, ambos c/c o art. 40, III, IV e V, todos da Lei 11.343/2006, na forma dos arts. 29 e 71 do Código Penal.

Decretada a prisão preventiva do recorrente (e-STJ fls. 31/68), o pedido de revogação da segregação foi indeferido nos seguintes termos, *in verbis* (e-STJ fls. 79/80):

[...], não vislumbro nos autos excesso de prazo capaz de ensejar o relaxamento da prisão. Trata-se de processo extremamente complexo, desmembrado dos autos principais que contava inicialmente com 74 denunciados e diversas imputações. Os réus tiveram a prisão preventiva decretada em decisão devidamente fundamentada, sendo certo que permanecem incólumes os requisitos que serviram de subsídios à decretação da prisão, não havendo nenhuma alteração na situação fática capaz de justificar a liberdade dos mesmos. Destaco que a inicial, devidamente sustentada pelos indícios nela própria referidos, dá conta de atuação substancial dos acusados na associação de que fariam parte, havendo referência a transporte e negociação de valores em quantidades expressivas. Indefiro, pois, o pleito libertário.

Na ação originária, alegou a defesa o excesso de prazo para encerramento da instrução criminal.

No entanto, a Corte de origem denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 114/116):

HABEAS CORPUS.

PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE E DENUNCIADO PELA PRÁTICA DOS CRIMES DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E TRÁFICO DE DROGAS, AMBOS MAJORADOS, EM CONTINUIDADE DELITIVA (ART. 35, CAPUT, C/C ART. 40, III, IV E V, DA LEI N.º 11.343/06; ART. 33, CAPUT, C/C ART. 40, III, IV E V, DA LEI N.º 11.343/06, POR DIVERSAS VEZES, NA FORMA DOS ARTS. 29 E 71 DO CÓDIGO PENAL).

ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL.

PRETENSÃO AO RELAXAMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA, AINDA QUE COM APLICAÇÃO DE UMA DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, QUE SE NEGA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. PROCESSO QUE SEGUE SEU TRÂMITE REGULAR E POSSUI DURAÇÃO RAZOÁVEL. PROCEDIMENTO COMPLEXO COM VÁRIOS RÉUS (40 NO TOTAL) E IMPUTAÇÕES DISTINTAS, ALÉM DE DIVERSOS DESMEMBRAMENTOS A FIM DE NÃO PROCRASTINAR O FEITO. PROCESSO EM FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS.

RÉU QUE SE ENCONTRA PRESO EM MINAS GÉRIAS, O QUE DEMANDOU A EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA PARA SUA OITIVA.

O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO NÃO AUTORIZA A LIBERTAÇÃO DO PACIENTE.

AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. O ART. 648, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL É RELATIVO À PRISÃO DECORRENTE DE CONDENAÇÃO. O EXCESSO DE PRAZO SÓ PODE SER SANADO COM A DETERMINAÇÃO PARA QUE A AUTORIDADE COATORA CONCLUA A INSTRUÇÃO, SENTENCIANDO, O QUE NÃO É O CASO DOS AUTOS.

CUSTÓDIA CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, POR CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, NA FORMA DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E EM OBSERVÂNCIA AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

MEDIDAS CAUTELARES INADEQUADAS, ANTE A GRAVIDADE DAS CONDUTAS IMPUTADAS AO PACIENTE, CUJAS PENAS MÁXIMAS SÃO SUPERIORES A 04 ANOS (ART. 313, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

DENEGAÇÃO DA ORDEM.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações

originárias, aduzindo que "o processo NÃO segue seu trâmite regular", bem como que "o feito no qual o Recorrente encontra-se processado foi desmembrado e, atualmente, encontram-se com um número reduzido de corréus" (e-STJ fl. 136).

Alega que "basta uma mera consulta ao andamento do feito originário no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para constatar que decorrido mais de 1 (um) ano do término da instrução, as partes sequer foram intimadas para apresentação das alegações finais" (e-STJ fl. 136).

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, a revogação do decreto de custódia preventiva, com eventual aplicação de medidas cautelares diversas da prisão (e-STJ fls. 139/140).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

De acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios. Da mesma sorte, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, notadamente em virtude da afirmação do Tribunal *a quo* de que "o processo segue seu trâmite regular e possui duração razoável, não havendo que se falar em desídia ou inércia da autoridade impetrada na condução do processo" (e-STJ fl. 118), bem como que "se trata de procedimento complexo com vários réus (no total de 40) e imputações distintas, com diversos desmembramentos

Superior Tribunal de Justiça

determinados a fim de não procrastinar o feito, estando os autos em fase de alegações finais" (e-STJ fls. 118/119), asseverando, ainda, que o réu se encontra preso em Minas Gerais, motivo pelo qual foi necessária a expedição de carta precatória para sua oitiva.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito recursal, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, notadamente acerca do andamento processual do feito, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste recurso.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator